



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUÍNA
Fls. 82
Rub. [assinatura]

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 016/2019

Termo de Colaboração celebrado entre o **MUNICÍPIO DE JUÍNA** e **ASSOCIAÇÃO NOVA CONQUISTA DE JUÍNA - ANJU**.

PREÂMBULO

Pelo presente **Termo de Colaboração**, de um lado o **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Prefeitura Municipal, situada a Travessa Emmanuel, nº 33N, Centro, inscrito no **CNPJ/MF** sob nº **15.359.201/0001-57**, neste ato representado pelo Prefeito, portador da Cédula de Identidade nº **14R/1.146.550** e inscrito do **CPF/MF** sob o nº **549.491.659-68**, residente e domiciliado na Rua Bertholdo Scheffer, nº 53N, Bairro Módulo 04, na cidade de Juína/MT, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e a **ASSOCIAÇÃO NOVA CONQUISTA DE JUÍNA - ANJU**, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº **19.439.804/0001-10**, sediado na CH Pastoral da Saúde, s/nº - Setor Rural, no município de Juína, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo presidente **MARIA ANAELIA BRAGA DE ALMEIDA**, brasileira, portador da Cédula de Identidade nº 245 284, SSP/MT e inscrito no **CPF/MF** sob o nº **206.419.311-15**, residente e domiciliado no município de Juína/MT, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, celebram o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, de acordo com o Processo de Inexigibilidade nº 041/2019 observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.753/2017 e das Leis Federais nº 8.666/1993, nº 13.019/2014 e das demais normas que regulam a espécie, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a colaboração entre o **MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT** e a **ASSOCIAÇÃO NOVA CONQUISTA DE JUÍNA - ANJU** tem por objeto repasse de recursos financeiros destinados para a realização do projeto Diagnóstico Ambiental das Nascentes de Cabeceira da Bacia Hidrográfica do Rio Perdido, área compreendida à montante da adutora do DAES, no município de Juína/MT.

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

A **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** deverá cumprir a presente colaboração dotando-a de infraestrutura, bem como equipe com perfil para desenvolver as atividades constantes no Plano de Trabalho.



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUÍNA
Fis. 83
Rub. 4

Parágrafo 1º - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá zelar pela aplicação físico-financeira da parceria.

- I -- Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria;
- II -- Zelar pela manutenção da qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO;
- III -- Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO na prestação dos serviços objeto desta Colaboração, conforme estabelecido na cláusula primeira;
- IV -- Apresentar, ao MUNICÍPIO, até o 5º dia útil do mês subsequente, por meio do relatório circunstanciado, as atividades desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho, além da relação nominal de todos os beneficiados.
- V -- Prestar contas ao MUNICÍPIO, conforme cláusula oitava da presente Colaboração;
- VI -- Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos da presente Colaboração;
- VII -- Apresentar mensalmente, na ocasião da prestação de contas, cópias de Certidão Negativa de Débitos, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Conjunta da Dívida Ativa, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizadas;
- VIII -- Atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;
- IX -- Apresentar mensalmente extrato e conciliação bancária;
- X -- Admitir-se-á excepcionalmente, que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL faça a reformulação do Plano de Trabalho, sendo vedada a mudança de objeto. Caberá ao Monitoramento da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, apreciar a solicitação e manifestar-se a respeito no prazo máximo de trinta dias para anuência da respectiva Secretária.
- XI -- Em cumprimento ao disposto no artigo 28, do Decreto Municipal nº 845 de 29 de novembro de 2016, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá prever em seus estatutos as disposições do artigo 33 da Lei Federal 13.019/2014 e apresentar a seguinte documentação:
 - a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
 - b) Regularidade perante a Seguridade Social – CND/INSS e o Fundo de Garantias por Tempo de Serviço (FGTS);
 - c) Comprovante de inexistência de registros no CADIN Municipal;
 - d) Declaração, sob as penas da lei, de inexistência dos impedimentos para celebrar parceria previstos no artigo 39 da lei Federal 13.019/2014;
 - e) Declaração de pelo menos 01 (um) dirigente, assinada pelo próprio, atestando que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;
 - f) Declaração, sob as penas da lei, de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz;



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUÍNA
Fis. 84
Rub. [assinatura]

g) Declaração, sob as penas da lei, que não emprega ninguém em regime de trabalho escravo.

XII – Assegurar ao MUNICÍPIO através da Comissão de Monitoramento e Avaliação, vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto desta Colaboração.

XIII- Em atendimento ao artigo 2º da Lei Federal nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá divulgar em seu sítio eletrônico o recurso recebido e a destinação a ele atribuída, sem prejuízo de outras formas de divulgação.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Efetuar a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o repasse para custeio do objeto desta Colaboração, no valor total de R\$ 19.940,00 (dezenove mil novecentos e quarenta reais), sendo o pagamento efetuado em parcela conforme Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho;

II - O depósito bancário ocorrerá na Conta Corrente aberta pela instituição – AG. 2226-8 BANCO DO BRASIL, utilizada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para execução da presente Colaboração, mediante apresentação dos comprovantes, referentes às despesas efetuadas;

III – Manter banco de dados de usuários/as do serviço;

IV - Supervisionar, acompanhar, e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em decorrência desta Colaboração, bem como apoiar tecnicamente a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na execução das atividades objeto desta Colaboração;

V - Assinalar prazo para que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes;

VI - Encaminhar a prestação de contas quando solicitado pelos órgãos de controle externo e interno, no prazo legal e regimental;

VII - Demais obrigações estabelecidas pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA

DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho proposto pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá conter:

I --Descrição sintética do objeto da parceria;

II --Justificativa de proposição;

III -- Descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUÍNA
Fis. 85
Rub. [assinatura]

detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto;

IV - prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas;

V - definição dos indicadores, qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

VI - elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir indicativos da mensuração desses custos, tais como: cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público;

VII - plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública;

VIII - estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto;

IX - valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas vinculadas às metas do cronograma físico;

X - modo e periodicidade das prestações de contas, compatíveis com o período de realização das etapas vinculadas às metas e com o período de vigência da parceria, não se admitindo periodicidade superior a 01 (um) ano ou que dificulte a verificação física do cumprimento do objeto.

CLÁUSULA QUINTA

DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

As despesas relacionadas à execução da parceria serão realizadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42, da Lei 13.019/2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14/12/2015), sendo vedado:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria ("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14/12/2015):

I - remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

II - diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUÍNA
Fis. <u>86</u>
Rub. <u>[assinatura]</u>

III - custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

IV - aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

Parágrafo Único - O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública. (Artigo 51 da Lei 13.019, com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14/12/2015)

Parágrafo único. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública. (Artigo 52 da Lei 13.019, com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14/12/2015)

Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária. (Artigo 53 da Lei 13.019)

§ 1º Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços;

§ 2º Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, admitir-se-á a realização de pagamentos em cheque, mediante apresentação de cópia do mesmo, com identificação de CPF e assinatura.

CLÁUSULA SEXTA

DA GESTORA DA PARCERIA

Fica designada pela Portaria nº 1.786/2017 o Sr. **JOÃO MANOEL DE SOUZA PEREZ** como Gestor da presente parceria.

CLÁUSULA SETIMA

DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO



Conforme Lei 13.019/2014, no Artigo 59, inciso VI, parágrafo 2º, a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente realizará o Monitoramento e Avaliação da presente parceria.

CLÁUSULA OITAVA DAS IRREGULARIDADES

Constatada a ocorrência de irregularidades pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá ser cientificada, por intermédio de Notificação de Ocorrência emitida pela própria Secretaria.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

Esta Colaboração terá a vigência a partir da data de assinatura, com término previsto para 30 de Setembro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) dias, após manifestação por escrito do titular da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, posterior ao parecer da equipe técnica e anuência do respectivo gestor. Em caso de prorrogação, será indicado nos termos aditivos, os créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, em consonância com a atual legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA DA CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS

Os dispêndios decorrentes da execução da presente Colaboração correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, na seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
100 – Departamento de Meio Ambiente
18 – Gestão Ambiental
541 – Prevenção e Conservação Ambiental
0021 – Gestão Ambiental
1708 – Termo de Colaboração
3350.41.00.00 – Contribuições R\$ 19.940,00

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL apresentará prestação de contas ao Setor de Convênios do MUNICÍPIO, parcial e anual, de acordo com as instruções da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente e as normativas vigentes do Tribunal de Contas do Estado:



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUÍNA
Fis. 68
Rub. [assinatura]

I) Prestação de contas mensal: até o 5º dia útil do mês subsequente ao do repasse, devendo conter a documentação comprovadora (via original e uma cópia) da aplicação dos recursos recebidos mensalmente, conforme descrito no Plano de Trabalho, devidamente acompanhado de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas; extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas; certidão negativa de regularidade de situação junto à Previdência Social (CND) – (CNDT) e FGTS (CRF), relação nominal dos atendidos.

II) Prestação de contas final: deverá ser apresentada até 30 de dezembro de 2017, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e MUNICÍPIO (prestação de contas do recurso total recebido no exercício, incluindo rentabilidade. Eventuais saldos não utilizados deverão ser restituídos aos cofres municipais até 30 de dezembro do exercício a que se refere o repasse.

Parágrafo 1º - Apresentada a prestação de contas parcial e final, o Setor de Convênios deve solicitar relatório da Comissão de Monitoramento e Avaliação para emitir laudo final contendo parecer:

a) Técnico quanto à execução física e atingimento dos objetivos da Colaboração.

b) Financeiro, quanto à correta e regular aplicação dos recursos da Colaboração.

Parágrafo 2º - Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência da Colaboração.

Parágrafo 3º - Não poderão ser pagas com recursos da Colaboração, despesas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

Parágrafo 4º - A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta Cláusula, ou a sua não aprovação pelo Setor de Convênios, importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das impropriedades ocorridas.

Fica estabelecida a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

Parágrafo Único - A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do termo de colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUÍNA
Fis. 89
Rub. [assinatura]

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

Parágrafo 1º - Fica assegurado o livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela lei vigente, bem como aos locais de execução do objeto.

Parágrafo 2º - Fica estabelecida a obrigação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL inserir cláusula, no contrato que celebrar com fornecedor de bens ou serviços com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, nos termos desta Lei, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DA RESTITUIÇÃO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- I. A inexecução do objeto desta Colaboração;
- II. Não apresentação do relatório de execução físico-financeira e prestação de contas no prazo exigido;
- III. Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

A presente Colaboração poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas Cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

Parágrafo 1º - Quando da denúncia, rescisão ou extinção da Colaboração, caberá a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUÍNA
Fis. 90
Rub. 4

Parágrafo 2º - É prerrogativa do MUNICÍPIO, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

Parágrafo 3º - Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DAS ALTERAÇÕES

Esta Colaboração poderá ser aditada, por acordo entre os partícipes, nos casos de acréscimo ou redução do número de atendidos, bem como para prorrogação do prazo de vigência ou suplementação de seu valor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
DA PUBLICAÇÃO

A eficácia desta Colaboração fica condicionada à publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do MUNICÍPIO, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

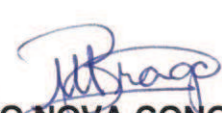
CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA
DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Juína para dirimir quaisquer questões resultantes da execução desta Colaboração.

E, por estarem de acordo com as Cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo de Colaboração em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Juína/MT, 23 de Setembro de 2019.


MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT
ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
Administrador Público


ASSOCIAÇÃO NOVA CONQUISTA - ANJU
MARIA ANAELIA BRAGA DE ALMEIDA
Dirigente

TESTEMUNHAS:


JOÃO MANOEL DE SOUZA PEREZ
Gestor
CPF/ME Nº 438.006.511-00


MICHELLE BLATT
Testemunha
CPF/MF Nº 025.562.421-24

PLANO DE TRABALHO – ANEXOS I a V

	MUNICÍPIO DE JUÍNA PODER EXECUTIVO ESTADO DE MATO GROSSO	CADASTRO DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES E DOS DIRIGENTES	ANEXO I
---	---	--	----------------

I – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE COOPERANTE

1 – NOME DO CONCEDENTE PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA		2 – CNPJ 15.359.201/0001-57	
3 – ENDEREÇO COMPLETO TRAVESSA EMMANUEL, 33N - CENTRO		4 – MUNICÍPIO Juína	
5 – CEP 78320-000	6 – DDD 66	7 – TELEFONE 3566 2197	8 – FAX
9 – E-MAIL prefeitura@juina.mt.gov.br			

II – IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO/ENTIDADE COOPERANTE

10 – NOME DO DIRIGENTE ALTIR ANTONIO PERUZZO		11 – CPF Nº 549.491.659-68	12 – Nº RG / DATA/ÓRGÃO EXPEDIDOR 14R/1.146.550 SSP/SC
13 – CARGO PREFEITO		14 – FUNÇÃO PREFEITO	
15 – ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO RUA BERTOLDO SHAEFFER, 53N – MÓDULO 04		16 – MUNICÍPIO JUÍNA	17 – CEP 78320-000
18 – DDD 66	19 – TELEFONE 3566-8313	20 – E-MAIL altirperuzzo@yahoo.com.br	

III – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE COOPERADA

21 – NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE ASSOCIAÇÃO NOVA CONQUISTA DE JUÍNA - ANJU		22 – CNPJ Nº 19.439.804/0001-10	
23 – ENDEREÇO COMPLETO CH PASTOFAL DA SAUDE		24 – MUNICÍPIO JUÍNA-MT	25 – CEP 78320-000
26 – DDD 66	27 – TELEFONE 3566-1324	28 – FAX	29 – E-MAIL -

IV – IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO/ENTIDADE COOPERADA

30 – NOME DO DIRIGENTE MARIA ANAELIA BRAGA DE ALMEIDA		31 – CPF Nº 206.419.311-15	32 – Nº RG / DATA/ÓRGÃO EXPEDIDOR 245 284 SSP/GO – EXP. 06/05/86
33 – CARGO PRESIDENTE		34 – FUNÇÃO PRESIDENTE	
35 – ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO RUA ESTACIO JOSE GOULART, 62N – MÓDULO 03		36 – MUNICÍPIO JUÍNA - MT	37 – CEP 78320-000
38 – DDD 66	39 – TELEFONE 99222-3634	40 – E-MAIL bragaanaelia@gmail.com	

41 – LOCAL E DATA Juína, 23 de SETEMBRO de 2019.	42 – ASSINATURA DO INTERVENIENTE	43 – ASSINATURA DO PROPONENTE 
---	----------------------------------	--





MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

DADOS
DO
PROJETO

ANEXO II

I - DADOS DO PROJETO

51 - DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração tem por objeto repasse de recursos financeiros destinados para ajuda de custeio para realização do projeto Diagnóstico Ambiental das Nascentes de Cabeceira da Bacia Hidrográfica do Rio Perdido, área compreendida à montante da adutora do DAES.

52 - JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

A gestão dos recursos hídricos está pautada na Lei 9.344/97 que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos. A cidade de Juína é tem seu abastecimento público por água tratada que é captada no rio Perdido. Há anos, com a expansão demográfica e o desenvolvimento econômico, a cabeceira do rio Perdido obteve uma mudança ímpar do uso e ocupação do solo. Tais mudanças inferiram de forma negativa sobre a qualidade e quantidade de água disponibilizada pelo recurso hídrico em questão. Hoje se faz necessárias intervenções de recuperação, conservação e preservação do recurso para a manutenção e garantia da sua sustentabilidade. No entanto, para planejar estas ações, se faz necessário um diagnóstico a campo para levantar as condições reais instauradas no local de estudo. Dessa forma será possível o planejamento de ações intervenientes voltadas à recuperação ambiental. Para tal, o recebimento do recurso possibilitará a execução do diagnóstico que trará embasamento para a elaboração ao plano de gestão do recurso hídrico.

Qual a importância para execução do objeto proposto?

Primordial, visto que sem o diagnóstico *in loco* do compartimento ambiental em questão não é possível o levantamento das minúcias carentes de adequação ambiental.

Público alvo:

Produtores rurais da bacia hidrográfica localizados à montante da adutora do DAES.

Faixa etária do público atingido:

Acima de 18 anos.

II - PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO

56 - EM MESES

12 meses

57 - INÍCIO DO PROJETO

SETEMBRO de 2019

58 - TÉRMINO DO PROJETO

SETEMBRO de 2020





MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA
E PLANO DE APLICAÇÃO DOS
RECURSOS

ANEXO III

I - CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS

	1 - META	2 - ETAPA/FASE	3 - ESPECIFICAÇÃO	4 - INDICADOR FÍSICO		5 - PREVISÃO DE EXECUÇÃO	
				UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
1 - Contabilização das nascentes por imagem de satélite		1.1 Delimitação da área de estudo em imagem de satélite	LEVANTAMENTO DO DIVISOR DE ÁGUAS DA CABECEIRA DA BH E A DELIMITAÇÃO DO TRANSECTO DE SEPARAÇÃO DA MONTANTE E JUSANTE DA ADUTORA DO DAFS	DIARIA	30	SETEMBRO	SETEMBRO
		1.2 Contabilização das nascentes	LEITURA DA HIDROGRAFIA E IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DAS NASCENTES COM AUXÍLIO DA IMAGEM DE SATELITE	DIARIA	30	SETEMBRO	SETEMBRO
		1.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS VIAS DE ACESSO AS NASCENTES	LEITURA DA LOCALIZAÇÃO DAS ESTRADAS DE RODAGEM COM AUXÍLIO DA IMAGEM DE SATELITE	DIARIA	30	SETEMBRO	SETEMBRO
2 - IDENTIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES E PROPRIETÁRIOS		2.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES	DESLOCAMENTO ÀS PROPRIEDADES IDENTIFICADAS NA IMAGEM DE SATELITE	DIARIA	60	OUTUBRO	NOVEMBRO
3 - georeferenciamento, registro fotográfico e catalogação		2.2 - IDENTIFICAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS	ENTREVISTA COM OS PROPRIETÁRIOS E/OU FUNCIONÁRIOS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS DONOS DA TERRA	DIARIA	60	OUTUBRO	NOVEMBRO
		3.1 GEORREFERENCIAMENTO DAS NASCENTES NA PROPRIEDADE	DESLOCAMENTO ATÉ AS NASCENTES PARA OBTENÇÃO DE PONTO GEORREFERENCIADO COM GPS	DIARIA	60	OUTUBRO	NOVEMBRO
		3.2 - REGISTRO FOTOGRÁFICO	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA NASCENTE COM O USO DE UMA CAMARA FOTOGRÁFICA PARA O SEU DIAGNÓSTICO EM ESCRITÓRIO	UN	500	OUTUBRO	NOVEMBRO
4 - Diagnóstico da qualidade ambiental		3.3 - CATALOGAÇÃO DA NASCENTE	PREENCHIMENTO DE FICHA INDIVIDUALIZADA CONTENDO O AS INFORMAÇÕES DA PROPRIEDADE/PROPRIETÁRIO, COORDENADAS GEOGRÁFICAS OBTIDAS POR GPS, E ANOTAÇÕES SOBRE SEU ESTADO DE PRESERVAÇÃO	UN	60	OUTUBRO	NOVEMBRO
		4.1 - ANÁLISE DAS FOTOGRAFIAS OBTIDAS A CAMPO	INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA QUALIDADE AMBIENTAL DAS NASCENTES REGISTRADAS NAS FOTOGRAFIAS	DIARIA	120	DEZEMBRO	MARÇO
		4.2 - ANÁLISE DAS ANOTAÇÕES DA FICHA DE CATALOGAÇÃO	OBSERVAÇÃO DOS APONTAMENTO REALIZADOS NA FICHA DA NASCENTES DURANTE SUA VISITA	DIARIA	120	DEZEMBRO	MARÇO

4.3 - PONTOAÇÃO E DESCRICAO DOS PARAMETROS DE AMBIENTAL	ESTABELECIMENTO DOS CRITERIOS DE AVALIACAO DO MODELO DE DIAGNOSTICO AMBIENTAL DO ENTORNO DAS NASCENTES	DIARIA	120	DEZEMBRO	MARÇO
4.4 - CÁLCULO DO INDICADOR E CLASSIFICACAO DO ENTORNO DAS NASCENTES QUANTO AO SEU GRAU DE CONSERVACAO	CÁLCULO DA PONTOAÇÃO DA NASCENTES (PN) PARA CLASSIFICACAO DA ÁREA EM PRESERVADA, POUCO PERTURBADA, MUITO PERTURBADA OU DEGRADADA.		120	MARÇO	JUNHO
4.5 - ELABORACAO DO DIAGNOSTICO ESCRITO	ELABORACAO DO TEXTO REFERENTE A NASCENTE ANALIZADA PARA COMPOSICAO DO RELATORIO FINAL.		120	MARÇO	JUNHO
5.1 - SEPARACAO DOS RESULTADOS EM CLASSES	AO FINAL DO DIAGNÓTICO SE FARÁ A SEPARACAO DAS NASCENTES CATALOGAS EM CLASSES PRESERVADA, POUCO PERTURBADA, MUITO PERTURBADA E DEGRADADA		120	MARÇO	JUNHO
5.2 - INDICACAO DAS NASCENTES PRIORITARIAS DE RECUPERACAO	APONTAMENTO DAQUELAS NASCENTES MUITO PERTURBADAS E DEGRADADA PARA RECEBEREM AS AÇOES INTERVENIENTES DE RECUPERACAO		120	MARÇO	JUNHO
6.1 - COMPILACAO DAS INFORMACOES OBTIDAS COM A PESQUISA	ORGANIZACAO DOS RESULTADOS EM RESULTADOS, DISCUSSAO E CONCLUSAO EM UM ÚNICO RELATÓRIO EM FORMATO DE TEXTO DIGITAL		30	JUNHO	JULHO
6.2 - IMPRESSAO DO RELATORIO	IMPRESSAO E ENCADERNACAO DO MATERIAL DIGITAL		30	JUNHO	JULHO

II - PLANO DE APLICACAO DOS RECURSOS, POR NATUREZA DE DESPESA

NATUREZA DE DESPESA	7 - DISCRIMINACAO	8 - RECURSOS DO COOPERANTE	9 - TOTAL GERAL
3190.11	PESSOAL	R\$ 5.400,00	R\$ 5.400,00
3390.14	DIÁRIAS	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
3390.30	MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 3.110,00	R\$ 3.110,00
3390.33	PASSAGENS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3390.35	CONSULTORIAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3390.36	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3390.39	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (INCLUSIVE REFORMAS)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	SUBTOTAL DESPESAS CORRENTES	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4490.51	OBRAS CIVIS - NOVA E AMPLIACAO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4490.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 7.430,00	R\$ 7.430,00
	SUBTOTAL DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 19.940,00	R\$ 19.940,00
	10 - TOTAL GERAL	R\$ 19.940,00	R\$ 19.940,00

P. M. JOINA
Fls. 94
Sub. 



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS
E MATERIAL PERMANENTE

ANEXO V

1 - ITEM	2 - ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS OU MATERIAL PERMANENTE	3 - UNID.	4 - QUANT.	5 - GUSTO UNITÁRIO	6 - FINANCIADO PELO COOPERANTE	7 - LOCAL DE DESTINO DOS BENS	8 - MANUTENÇÃO *
1	NOTEBOOK Notebook Dell Inspiron 14 Série 5000	UN	1	3.000,00	3.000,00		
2	GPS Garmim GPSMAP 64 S	UN	1	1.700,00	1.700,00		
3	Câmera Digital Nikon Coolpix P600 Full HD 16,1 MP	UN	1	1.300,00	1.300,00		
4	Cartão de memória para Câmera Digital Nikon Coolpix P600 Full HD 16,1 MP	UN	1	100,00	100,00		
5	Pilhas recarregáveis para GPS Garmim GPSMAP 64 S	UN	8	160,00	1280,00		
6	Carregador para as pilhas recarregáveis do GPS Garmim GPSMAP 64 S	UN	1	50,00	50,00		
TOTAL					7.430,00		

* Indicar como será a manutenção dos equipamentos: 1 – Para manutenção própria ou 2 – Para manutenção a ser contratada



João
2018



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

CRONOGRAMA DE
PAGAMENTOS

ANEXO IV

I - CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DO ÓRGÃO/ENTIDADE COOPERANTE (ÓRGÃO DO MUNICÍPIO)

ANO
2019

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
1						

Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1			17.940,00			

IV - APROVAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA aprova o presente Plano de Trabalho, na forma proposta.

JUÍNA/MT, 26 de Setembro de 2019.	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA [assinatura] ALTIR ANTÔNIO PERUZZO Assinatura do Dirigente do Órgão
--	---

[assinatura]